

**Prova – Polícia Militar
Direito Constitucional****QUESTÃO 28**

Sobre os direitos sociais, assinale a afirmativa correta.

- A) Em virtude do princípio da reserva do possível e separação de poderes, não deve o Poder Judiciário determinar a construção de creche pelos municípios.
- B) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, a paz, a previdência social, a propriedade, a assistência aos desamparados.
- C) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- D) Suponhamos que Lei X ab-rogue a Lei nº 8.080/1990 (lei do SUS). Neste caso, se a Lei X não criar outros meios alternativos capazes de mitigar os prejuízos decorrentes de sua supressão, haverá inconstitucionalidade da lei nova, com base no princípio da vedação ao retrocesso (efeito cliquet).
- E) Entende-se por direitos sociais as liberdades públicas que tutelam os menos favorecidos, proporcionando condições de vida mais decentes e condignas com o primado da igualdade real, sendo prestações negativas, de primeira geração.

FUNDAMENTAÇÃO:

O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 042/CGCP/2019 PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR (CFSD), tem em seu conteúdo programático “NOÇÕES DE DIREITO”, sem nenhuma previsão de doutrina ou jurisprudência. Observa-se que no edital temos apenas a letra da lei como bibliografia, fazendo com que a questão em tela ficasse fora do edital.

Quando a banca coloca em seu edital esse termo “noções”, fica entendido que o cargo não é privativo de bacharel em direito, não tem doutrinas, jurisprudências ou outros conteúdos de avaliação, pois caso isso fosse objeto de avaliação, deveria estar expressamente previsto no referido edital.

Com base nas informações acima, solicito a **ANULAÇÃO** da questão acima, por falta de previsão no edital do concurso público.

QUESTÃO 31

Analise o caso concreto a seguir e marque a alternativa correta.

Governador do Estado X cometeu o crime de feminicídio durante o exercício do seu mandato.

Nesse caso:

- A) não responderá pelo crime no curso do mandato, como também não será suspensa a prescrição, em razão do importante cargo ocupado.
- B) responderá pelo crime no curso do mandato, tendo em vista que a imunidade material relativa não se aplica a governadores, mesmo que a constituição estadual preveja expressamente tal hipótese, conforme entendimento do STF.
- C) não responderá pelo crime no curso do mandato, se a constituição estadual prever expressamente a hipótese de imunidade material relativa para governadores.
- D) não responderá pelo crime no curso do mandato, suspendendo-se a prescrição para evitar impunidade.
- E) responderá pelo crime no curso do mandato, mas não poderá ter a prisão cautelar decretada, em virtude de imunidade formal relativa à prisão.

FUNDAMENTAÇÃO:

O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 042/CGCP/2019 PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR (CFSD), tem em seu conteúdo programático:

“Constituição do Estado de Santa Catarina: Da administração pública - Das Disposições Gerais; Dos Militares Estaduais. Da Justiça Militar. Da Segurança Pública - Disposição Geral; Da Polícia Civil; Da Polícia Militar.”

Observa-se que a Constituição Estadual de Santa Catarina tem a previsão legal da responsabilização do Governador em ser artigo 72 e 73 conteúdo esse fora do edital, que prevê apenas o que está acima (art. 13 a 25 e 105 a 109A).

Com base nas informações acima, solicito a **ANULAÇÃO** da questão acima, por falta de previsão no edital do concurso público.

QUESTÃO 32

Sobre os direitos e garantias fundamentais, a opção correta é:

- A) Emenda constitucional que pretenda acabar com o direito de voto para pessoas entre 16 (dez e s e i s) e 18 (d e z o i t o) a n o s é inconstitucional, visto que a universalidade do voto é cláusula pétrea.
- B) O STF declarou constitucional o voto impresso, com fundamento nas características de periodicidade e universalidade.
- C) O direito ao nome não pode ser considerado direito fundamental, porque tal direito não consta expressamente na Carta Magna.
- D) O voto obrigatório é cláusula pétrea. Assim, caso haja uma emenda constitucional que torne o voto em facultativo, esta será inconstitucional.
- E) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não é cláusula pétrea, conforme entendimento majoritário, tendo em vista que as cláusulas pétreas estão previstas apenas no título II da CRFB/88.

FUNDAMENTAÇÃO:

O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 042/CGCP/2019 PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR (CFSD), tem em seu conteúdo programático:

“Do Poder Legislativo (artigos 44 a 56)”

Observa-se que a Constituição Federal de 1988, prevê a parte de cláusulas pétreas em seu art. 60, §4º, conteúdo esse fora do edital, que prevê apenas o que está acima (Art. 44 a 56).

Com base nas informações acima, solicito a **ANULAÇÃO** da questão acima, por falta de previsão no edital do concurso público.

Att

Prof. Ubirajara